

Título: Qualidade e Sustentação da Gestão Pública e Culturas de Cidadania: Caminhos para uma Política Pública Integrada. Análise da Experiência das Regiões do Grande ABC, da Lombardia e de Baden-Württemberg.

Autoria: Luiz Roberto Alves, Dagmar Silva Pinto de Castro, Anderson Rafael Nascimento

Resumo:

A cidade-região é um espaço de diferentes culturas e a superação das antigas administrações públicas somente é possível a partir de estratégias que envolvam ação direta, avaliação contínua e métodos participativos capazes de articular os diferentes setores da sociedade. O presente artigo tem por objetivo discutir experiências de articulação regional, em cujos planejamentos diferentes atores buscaram romper com a visão atomizada e clientelista e, destarte, incorporar as diferentes culturas de cidadania presentes no mundo urbano. Com esse objetivo, são trabalhados três movimentos urbanos, em três países, construindo informações, bibliografia e referências das regiões analisadas. Como resultado, apreende-se no rompimento das tradicionais formas de gestão sentidos novos de incorporação das culturas e das disputas simbólicas nos processos regionais de articulação e governança. Por meio dessas duas dimensões articuladas: a economia da cultura cidadã e a qualidade e sustentação da cidade, afirma-se uma Política Pública Integrada. Nesse movimento, tanto se afirma posição para o futuro do planejamento urbano quanto se revê o trajeto das doutrinas que induziram as cidades à sua não-sustentabilidade.

Introdução

A organização das cidades-regiões ocorre pelo entrelaçamento de aspectos históricos, econômicos, sociais, políticos e culturais. A configuração desses processos denota características desses aspectos e permite criar inferências acerca das diversas identidades envolvidas no processo de *concertação*, com o objetivo de traçar caminhos para o desenvolvimento.

Tradicionalmente, o modelo clássico de gestão pública adota critérios técnicos e econômicos para definir os caminhos para o desenvolvimento. Deste modo, a qualidade e a sustentação da cidade-região aparecem como elementos econômicos e dados da materialidade necessária à gestão. Por outro lado, o rompimento de processos estritamente econômicos e descolados da vida sócio-comunitária incorpora elementos políticos e as disputas simbólicas envolvidas nos concertos políticos locais-regionais.

Nessa visão, o Estado não pode se eximir de seu papel regulador, visto que este se realiza no interior de intenso diálogo com os atores econômicos e sociais. De um lado, as cadeias produtivas não podem ser norteadas por uma visão estreita de desenvolvimento norteado pela lógica da competitividade predatória. De outro, a sociedade civil se qualifica em processos autênticos de participação social.

Daí o objeto e o método deste texto. Como trajeto de reflexão, propõe-se neste trabalho uma primeira parte sob a forma de análise dos modos tradicionais de planejamento, operados pela lógica estritamente econômica, que desconsidera as diferentes culturas e realidades de vida cotidiana. Como experiência que exemplifica tal fato aponta-se o processo de constituição das Regiões Metropolitanas, experiência marcada pela verticalidade do processo que desconsidera as articulações citadas.

A segunda parte do texto analisa a experiência de três regiões mundiais na busca de romper com a forma de planejamento estritamente econômico a favor de projetos incorporadores de culturas em confronto e contato, notadamente no interior de dois fenômenos críticos das últimas décadas: a revitalização urbana e o problema do trabalho. Estudam-se, pois, a região do Grande ABC no Brasil, a Lombardia na Itália e o *Land* de Baden-Württemberg, na Alemanha. Aponta-se que as culturas do trabalho demarcam essas experiências como elemento mobilizador para atuar contra as forças neoliberalizantes de desregulação físico-política dos territórios, as quais perdem e devem perder razão de ser na sociedade que considera o local para ser global. Destarte, o movimento final do texto faz ver o surgimento de políticas integradas e integradoras no interior das diferentes culturas da cidade.

I. Qualidade e Sustentação da Gestão nos processos de regionalização: as tensões.

Carvalho (2000) e Compans (1999) analisam experiências contemporâneas ao assinalar as características do *marketing* dessas cidades, chamadas globais, para atrair os investimentos econômicos e financeiros. O foco no aspecto econômico como aliciador das regiões aparece, de forma mais intensa, na década de 90, mas já se enunciara nos estudos de Harvey (1992, [1989]), que problematizou o novo cenário globalizado e de acumulação do capital. Nesse quadro, redesenha-se o papel dos governos locais responsáveis pela gestão urbana. A nova configuração torna-se complexa em suas funções, incluindo aspectos que vão além das demandas tradicionais de governo, isto é, manutenção da infra-estrutura e administração das políticas públicas. Nesse novo cenário, os governos locais passam a assumir papel estratégico na articulação das cidades em novo mundo globalizado e competitivo. Para essa busca, os modelos adotados podem ser o regulador ou o empreendedor. No modelo regulador, faz-se opção pelo fortalecimento do papel do Estado, inclusive por meio da realização de processos horizontalizados, que propõem caminhos para a reforma urbana, busca da equidade, justiça e cidadania. O modelo empreendedor busca a eficiência econômica, a produtividade e a redução do papel do Estado.

Concordando com o modelo empreendedor, Ohmae (2006) aponta que a economia e a tecnologia impelem, em escala ascendente, uma nova organização geopolítica. Nessa conjuntura, o Estado-região deixa de ser uma unidade política e passa a ser dirigido pelas regras econômicas (ou por sua inexistência). Na visão do autor, essa transformação é necessária para que o processo de desenvolvimento econômico não seja engessado. Em sua leitura, o principal elemento em qualquer região bem-sucedida se circunscreve à abertura ao mundo externo. Como garantia da prosperidade não deve haver nenhuma barreira para empresas de fora entrarem e também absorverem empreendimentos locais. As fronteiras geográficas, como demarcações do Estado-região, são quebradas. As regras do mercado passam a ser o novo critério para essas demarcações.

A idéia do modelo empreendedor é contraposta por autores que reconhecem papel fundamental do Estado como garantidor do desenvolvimento. Esses autores problematizam o esvaziamento da função do Estado pelos interesses neoliberais (FURTADO, 1984, 1998, 2000; PAULANI, 2001; KLIKSBERG, 1997, 2002, 2008). Furtado, Paulani e Kliksberg convergem na compreensão de que os processos de construção de uma nação implicam na necessidade de introduzir e pensar, dentre outros aspectos, a questão cultural como tema fundante no desenvolvimento local-regional. Paulani (2001), revisitando Furtado (1984, 1998, 2000), faz crítica, no caso brasileiro, ao discurso do sucesso futuro recorrente no imaginário do país. Esse discurso, com vistas a escamotear o crônico sentimento de inferioridade das camadas superiores, é apreendido por uma elite que sonha em se equiparar aos padrões de consumo e modos de vida dos países de capitalismo avançado. Como exemplo, a autora

chama atenção para o fato de que o projeto nacionalista que chegou a ter vida em 1930 e 1980 não se originou de um movimento da elite brasileira, mas a partir de um constrangimento ditado de fora. Nessa análise, Paulani (2001) demonstra que a construção da nação brasileira não colocou como exigência a retirada da “subcidadania congênita” da maior parte da população. A acumulação, que nas economias centrais impulsionou o desenvolvimento a par da homogeneização social, no Brasil intensificou a marginalização social e reforçou as estruturas de dominação na sociedade. A industrialização não seria suficiente para consolidar a economia nacional e para sustentar o mercado interno com seu pólo dinâmico sem a reversão da concentração de renda e o fortalecimento da sociedade civil.

Os movimentos gerados pelas mudanças no capitalismo mundial impactam o país. O Brasil, para adequar-se ao mercado em seu novo modo de regulação de acumulação de capital, adere ao modelo de Estado mínimo. Nessa época, começam as ações de privatização das estatais, com o discurso de que são estruturas pesadas, lentas e onerosas. Também se fala da ineficiência do serviço público e da premência de abertura comercial. A sedução dessa mentalidade leva ao abandono do projeto nacional. O fosso entre ricos e pobres aumenta visivelmente, fato esperado em uma sociedade reprodutora da “cultura material do capitalismo mais avançado privando a grande maioria da população dos meios de vida essenciais” (FURTADO, 2001 [1961], p. 23).

O fosso da desigualdade social não só ocorre no Brasil como em outros países latino-americanos, que esperavam superá-lo no processo de redemocratização. Para Boron (2002), os dirigentes foram ingênuos ao pensar que bastava a redemocratização para que problemas estruturais do capitalismo latino-americano deixassem de existir. Nos anos 80 e 90, os avanços políticos foram acompanhados pela piora das condições de vida da maioria dos habitantes nacionais. Nesses países em que o Estado não adotou a postura política de redistribuição dos frutos do crescimento econômico ocorreu a produção de ilhas de prosperidade rodeadas por mares de problemas e injustiças sociais (BORON, 2002). Esse quadro colocaria em risco as conquistas recentes da experiência democrática. As chamadas “democracias pobres” surpreenderam ao demonstrarem capacidade de resistência à crise econômica. A linguagem que o capital conhece não muda frente aos avanços democráticos ocorridos. O crescimento econômico pode ocorrer, mas sua distribuição é assimétrica, favorecendo potencialmente um pequeno grupo de privilegiados e escolhidos.

A distribuição iníqua dos frutos do crescimento econômico acirra as desigualdades sociais e demanda qualificação da sociedade civil nos processos participativos para impedir o retorno as práticas clientelistas em sociedades cuja cultura é permeada por essa tradição. Coloca-se, pois, de modo inequívoco, a questão da cultura. O tema também é trabalhado por Kliksberg (2001), ao apontar que o capital social e a cultura são as “*claves olvidadas del desarrollo*”. As imensas forças produtivas, as revoluções tecnológicas e as capacidades potenciais da geração de bens e serviços têm como contraponto a ampla pobreza de populações em diversos continentes. O autor, que assessora instituições financeiras internacionais, retoma o trabalho do Banco Mundial “*Más allá del consenso de Washington. Las instituciones cuentan*” para apontar o modelo fracassado desse Consenso, pois não contemplava a questão das instituições em sua análise das realidades. Nesse documento, aparece como uma das sínteses analíticas “o tema institucional incluindo o conjunto de regras formais e informais e seus mecanismos de execução que incidem sobre o comportamento dos indivíduos e das organizações de uma sociedade” (KLIKSBERG, 2002, p. 6). O autor aponta que uma das debilidades dos textos e análises do Consenso de Washington é a não inclusão da ética, da confiança, dos preceitos religiosos e outros códigos implícitos, temas eminentemente culturais. Ao ignorar o potencial das trocas tradicionalmente consideradas “não-formais”, o

pensamento econômico convencional perde o potencial existente para a geração de desenvolvimento econômico e social. Essa análise de Kliksberg (2002) explica a capacidade de resistência das “democracias pobres”, assinalada por Boron (2002), e que não pode ser compreendida por análises formais que têm por base a estereotipia das democracias clássicas. Outra coisa seria a análise concreta da experiência dessas democracias.

O que se encontra, a partir do quadro teórico e no calor da experiência, apesar dessas contradições acarretadas pela desigualdade, é a resistência aos modelos tecnocráticos por meio da apropriação das experiências associadas à participação social. Isso busca, entre outros aspectos, um desenvolvimento que supera aspectos estritamente econômicos, que leva a um planejamento focado unicamente na qualidade e sustentação da cidade região e se esquece das diferentes culturas cidadãs.

II. Regionalização no Brasil: o novo antigo

O caso brasileiro da formação das denominadas regiões metropolitanas é um exemplo da prática de planejamento citado. Esse processo de formação teve início durante o período da ditadura militar brasileira (1964-1984). Os enfrentamentos dos problemas regionais associados ao discurso da prosperidade surgem como tentativas de solução por meio da criação das Regiões Metropolitanas. Esse processo ganha corpo no texto da Constituição de 1967 que traz em seu artigo 164:

A União, mediante Lei complementar, poderá, para realização de serviços comuns, estabelecer Regiões Metropolitanas constituídas por municípios que, independentemente de sua vinculação administrativa, façam parte de uma mesma comunidade sócio-econômica.

Por essa lei, estava estabelecido que a União detinha a competência de determinar a criação das Regiões Metropolitanas. Em 1973, a primeira regra específica foi aprovada (Lei complementar n° 14) para normatizar essas regiões. Por essa lei, a participação dos municípios nas chamadas Regiões Metropolitanas foi compulsória. Essa obrigação desconsiderou quaisquer movimentos existentes e anteriores de articulação e gestão regional. Como exemplo dessas iniciativas, Cardoso e Zveibil (1996) apontam as iniciativas do Estado de São Paulo, que criou, em 1967 o Grupo Executivo da Grande São Paulo (GEGRAM) para estudar o tema da metropolização.

A gênese da metropolização ocorre a partir de marcos regulatórios que prescindem da participação dos diferentes atores de forma democrática. Esse início se desdobra no distanciamento da vida cotidiana e das reais necessidades da população, que podem ser apreendidos por meio da participação. Os métodos do planejamento regional responsáveis pelo desenvolvimento levaram em conta a demarcação do Banco Mundial na década de 70, que tinha a regionalidade como um dos critérios para financiar projetos de desenvolvimento. Nessa época, o Banco Mundial assumiu em seu discurso o desenvolvimento apenas em seu aspecto econômico. Posicionamento revisto na atualidade, visto que acompanha o novo debate no campo do desenvolvimento, o qual supera o pensamento econômico convencional ao propor o reexame das relações entre cultura e desenvolvimento (KLIKSBURG, 2002). A experiência da organização das Regiões Metropolitanas demandadas por uma pauta externa à realidade local de São Paulo e Brasil traduz a negação das experiências vividas pelos

diferentes atores com suas histórias pessoais e coletivas. Com isso, perdem-se os potenciais que as comunidades oferecem para favorecer o desenvolvimento econômico e social. Desgarrada da vida sócio-comunitária, a proposta original da metropolização de São Paulo se desdobra hoje, a duras penas, em articulações que vitalizam as regiões a partir de um planejamento que busca integrar governo e comunidade. Esse movimento surge em busca da superação das ações anteriormente desarticuladas. Assim, coloca-se como desafio a análise de três experiências pela visão da “*concertação social*”, que inclui as culturas da cidadania juntamente com os laços da qualidade e sustentação da cidade-região. Trata-se de pensar o Grande ABC, a Lombardia e o *Land* de Baden-Wutemberg. A ação de novos atores sociais da cidade produz experiências cumulativas de novos sentidos que agregam valor às culturas da cidadania e a qualidade e sustentação da gestão como indicadores para políticas integradas e integradoras necessárias ao desenvolvimento sustentável.

III. Consenso e Conflito no Governo Compartilhado: Grande ABC,SP, Lombardia e Baden-Württemberg.

III.1. O Grande ABC Paulista: paraíso e purgatório

A microrregião sudeste do espaço metropolitano de São Paulo ocupa área de 742 km² e distribui seus dois milhões e quatrocentos mil habitantes por sete cidades, estabelecendo a ocupação de quase quatro mil pessoas por quilômetro quadrado. Colocada na rota de passagem entre o litoral e o planalto, a região somente é descoberta como lugar auxiliar ao projeto de desenvolvimento de São Paulo a partir do fluxo de imigrantes iniciado em 1877 e do estabelecimento da linha ferroviária pelos ingleses, na mesma época, ligando São Paulo ao porto marítimo de Santos. Em 1920 sua população era de 25.215 habitantes e hoje a região é parte significativa dos quase 17 milhões da metrópole paulista. Enquanto os imigrantes, notadamente italianos, espanhóis, eslavos e depois japoneses, constituem-se na base profissional e cultural de sua população até os anos 30, a explosão do projeto capitalista de base industrial na seqüência da segunda guerra mundial atrai milhares de brasileiros das regiões mais empobrecidas do país. Ergue-se nos anos cinquenta o pólo industrial de empresas com tendência globalizadora, a despeito da administração taylor-fordista, destacando-se os ramos químico, petroquímico, de autopeças, eletro-mecânicos e as montadoras de automóveis. Hoje, a região conta com cerca de cinco mil indústrias¹ e mais de vinte mil estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços, sendo que 46% dos empregos ainda são oferecidos nas grandes indústrias de transformação. Da força de trabalho de cerca de um milhão e duzentas mil pessoas, pelo menos 20% encontraram-se desempregadas no correr dos anos 90, diminuindo à metade nos últimos dez anos, sem esquecer da informalidade e do trabalho precário. Além desse quadro, tem-se o fato de que 56% da área total de 742 km² são protegidos como reserva ambiental da Mata Atlântica e sofrem de especulação imobiliária e de invasões dos que reclamam moradia. A renda *per capita* regional mantém-se no dobro da renda nacional. O país tem a taxa de 17% de analfabetos e a região do Grande ABC alcança cerca de 8%. Torna-se, porém, mais agudo o analfabetismo funcional e tecnológico, dadas as exigências da nova indústria e dos novos serviços, interessados em disputar o terceiro mercado potencial de consumo do país. Os dados de economia informal são similares aos da capital paulista, 55% das pessoas ocupadas com o processo produtivo.

Pela ótica de sua história cultural, a região cruzou três ciclos e se encontra, hoje, no quarto período histórico-cultural. O primeiro ciclo pode ser entendido como o das *passagens*, pois foi caminho das mercadorias e produtos naturais para o primeiro ciclo de intercâmbio

comercial dos séculos XVIII e XIX. O segundo ciclo encarna a *construção da identidade industrial*, associada à autonomia política das diversas "urbes", concluída nos anos 50 do século XX. Consolida-se nesse ciclo a simbolização do espaço inquieto, reivindicador, berço de movimentos sociais e políticos que ajudariam sobremaneira a garantir a redemocratização do Brasil nos anos 70 e 80. O terceiro ciclo foi o do *conflito agudo entre capital e trabalho*, concluído no início dos anos 90, que sinalizou intensas perdas sócio-urbanas enquanto ajudou o Brasil a construir sentidos para a cidadania e a participação social, acumulando valores para a criação dos *novos consensos da sociedade micro-regional*, inserida já no quarto ciclo, em processo acelerado de globalização e suas conhecidas conseqüências.

Sader (1988)ⁱⁱ lembrou que os projetos e práticas dessas populações organizadas da periferia, ou, para lembrar Santos (2001) dos centros precários do entorno metropolitano, sinalizam a vitória sobre a desintegração física e simbólica, a conquista de direitos em meio à tensão crítica, a inter-comunicação de segmentos a produzir a condição de pessoa dentro da associatividade de trabalhadores e o aproveitamento da riqueza das cidades para efetuar uma melhor distribuição de renda. Um projeto de humanidade, no qual diminuem as distâncias entre o saber e o fazer. Assim, essas culturas organizadas em torno do trabalho apresentam, desde o início do século anterior, provas e exemplos de organização social, criação partidária, associatividade de moradores e bairros para a exigência de infra-estrutura de serviços públicos, cooperativas de trabalho e crédito (como as *società di mutuo soccorso*, antigos bancos do povo), reivindicações sindicais. Entende-se, pois, que a base social organizada historicamente garante certa organicidade regional e explica por que três das sete cidades da região se encontram entre as cinquenta melhores do Brasil para se viver.

III.1.1. A globalização da inteligência regional

Para alcançar objetivos estratégicos e aprofundar temas, abertos pela desestruturação das cadeias produtivas oriundas da política industrial dos anos 50, a sociedade civil da região e as administrações públicas das sete cidades criaram novas instituições e novos métodos de articulação social. A rigor, nova agenda política. Com base em experiências européias e americanas, debatidas em seminários internacionais realizados no Brasil e no exterior, criaram-se entre 1991 e 1998 três instituições produtoras, veiculadoras e negociadoras de informação e serviço: o Consórcio Intermunicipal das Bacias do Tamanduateí e Billings, comumente chamado Consórcio Regional, a Câmara Regional do Grande ABC e a Agência de Desenvolvimento Econômico. O Consórcio, formado pelos sete prefeitos e assessores especializados nas políticas regionais prioritárias, é o lugar em que se geram os estudos iniciais em torno de programas e políticas. Formado em 1991, tem-se preocupado especialmente com o desenvolvimento sustentado, a destinação final dos resíduos, a revitalização das cadeias produtivas, a criação de estrutura para o turismo de negócios e ecológico e a priorização das crianças e adolescentes em situação de risco, bem como o combate aos analfabetismos. A Câmara Regional, composta pelos prefeitos, assessores, deputados, funcionários do governo de S.Paulo e representantes da sociedade civil, iniciou suas atividades em março de 1997 e buscou organizar as prioridades, ampliar estudos por meio de dez grupos de trabalho, aprovar consensualmente 31 exigências básicas da região e negociar com o governo do Estado e da União acordos e processos de implantação das políticas negociadas. A Câmara constituiu-se simbolicamente. Além de políticos e gestores da região, o acordo de sua criação (12.03.1997) foi assinado por 5 membros do Fórum da Cidadania, 5 representantes dos arranjos produtivos e 5 sindicalistas indicados pelos pares.

Os principais acordos já assinados e em processo de implantação, acompanhados pelos representantes da sociedade, priorizaram a implementação de um pólo tecnológico na região, o aumento da competitividade das cadeias produtivas, a criação de novos sistemas para a drenagem das águas pluviais e dos efluentes industriais, a implantação do hospital regional, o aumento da oferta de habitação popular, a qualificação de trabalhadores para os novos serviços, a revitalização de processos industriais nas plantas ainda produtivas - por exemplo, a indústria de móveis - a melhoria do transporte coletivo, a construção de oportunidades para o primeiro emprego e o fortalecimento do movimento em favor das crianças e adolescentes empobrecidos. Quem lê os resultados do trabalho da Câmara e as linhas gerais do Planejamento Estratégico da Região, construído publicamente entre 1998 e 1999, não pode deixar de comparar com o estado de consciência social dos representantes das culturas do trabalho. Documentos preparados pelos sindicatos da região esclarecem a natureza da "concertação" propostaⁱⁱⁱ:

- **Política industrial:** incentivos fiscais e creditícios a empresas que contratarem, prioritariamente, trabalhadores residentes na região do ABC e estímulo à constituição de pólos industriais (*shoppings* de produção, condomínios industriais e/ou comerciais, etc.), por meio de concessão de terrenos, garantia de fornecimento de água e luz ou reaproveitamento de antigas áreas industriais.
- **Políticas de emprego e re-qualificação profissional:** instituição de um plano de qualificação profissional no ABC, executado pelos governos estadual e municipal, pelos estabelecimentos de ensino, pelas empresas e pelos sindicatos dos trabalhadores; criar programas municipais que visem à criação de cooperativas para a absorção de trabalhadores.
- **Capacitação tecnológica:** definição do conceito e pesquisa, principalmente acadêmica, para identificar e avaliar as necessidades dos agentes econômicos e produtivos; divulgação das fontes de financiamento à capacitação tecnológica no Brasil e no exterior, especialmente visando a competência dos Arranjos Produtivos Locais.

III.2 A experiência italiana. A Lombardia

Quem acompanha as publicações eletrônicas da região lombarda, pode ler que se trata de "*una regione per fare*"^{iv}. Se a experiência milenar européia, que tem no século XVIII um tempo de significativo desenvolvimento industrial, exige a humildade de um processo que ainda tem muito a construir, pode-se aquilatar o trabalho de governança que o futuro reserva às micro-regiões brasileiras e latino-americanas, especialmente as que buscam compartilhar projetos, que implementam "irmandade" entre municípios e que buscam sustentação em torno de organizações como o Mercosul, o movimento de Cidades Saudáveis etc. Como demonstram trabalhos de Putnam, Cammelli, Regali e Maraffi^v, a construção legal da regionalidade italiana, que vem dos anos 70, se desdobra, cria sentidos e se completa pelo princípio das relações de subsídio, entendidas como solidariedade no território e em vários níveis de governo. O campo temático do desenvolvimento lombardo é posto sobre a centralidade do trabalho, a liberdade de empresa e a inovação cultural, científica e tecnológica. De todo modo, esse processo sinérgico fundamentou a criação das regiões (o Estatuto lombardo foi aprovado em maio de 1971), depois introduzido no tratado europeu de Maastricht em 1992 e então na Constituição italiana de 2001. A formalização produziu a *Carta de Princípios inspiradores da Região Lombardia* nesse mesmo ano. Nela, a zona da Terceira Itália capitaneada por cidades como Milão, Mantova, Cremona, Brescia, Lecco, Pavia e Sondrio, ratifica que a administração dos bens públicos regionais será regida por subsidiariedade de competências; centralidade da pessoa como sujeito do serviço público;

sustentação do tripé: recursos humanos, finanças e meio-ambiente; ética que abra acesso e participação com perspectiva de igualdade e qualidade de serviço, que transpareça simples, eficaz e eficiente.

III.2.1. Os dados

A região tem muitos números a apresentar. Embora algo mitificadores (porque afirmam que a Lombardia é o coração da Europa, pela ótica logística), os sítios eletrônicos dessa região mostram que sobre o território de 23.861 km² vivem 9 milhões de pessoas, portanto 15,6% da população italiana. Na província de Milão a densidade populacional chega a ser 10 vezes a da média italiana. Dotada de uma malha rodo-ferroviária considerada eficaz, a região busca a coexistência entre empresas grandes, médias e pequenas e se coloca como um dos "motores" da Europa, a par das regiões de Baden-Württemberg, Catalunha e Rhone Alpes, com PIB per capita próximo a 25.000 euros. Sabe-se que a taxa de desemprego lombarda se aproxima dos 4%, enquanto a média italiana tem rondado 9%. O parque industrial ainda concorre com 36% do movimento econômico-financeiro, cabendo aos serviços o índice de 62% e à agricultura 2%. O extraordinário desenvolvimento do "artesanato" (*artigiania*), que no caso italiano significa uma tradição criativa, profissional e industrial, responde por cerca de 20% do campo, visto nacionalmente. Enfim, a internacionalização dos capitais mostra que 40% das multinacionais italianas são lombardas e que 800 empresas multinacionais ali se estabelecem.

III.2.2 Os modos de intervenção regional

Os dados institucionais da Lombardia exigem aprofundamento. É voz comum entre os analistas das microfísicas regionais que a despeito de sua instituição nos anos 70, o modelo de governança em vários níveis se depara com múltiplos desafios e barreiras. Os acordos locais-regionais têm seu valor nessa construção político-educativa. Uma lição pedagógica básica e indispensável é de que não há universalidade sem a experiência dos encontros individuais, da comunicação que exige ser comunidade antes de ser mídia. O fenômeno se dá na Lombardia de modo pontual nos anos 70, mais intensamente no início da década subsequente, portanto capaz de construir formas de intervenção estáveis, e se faz agudo em razão da reestruturação dos grupos industriais, na qual se forja uma crise econômica que leva à mesa de negociação, de modo francamente desvantajoso, a representação de trabalhadores^{vi}. De todo modo, a região foi capaz de basear sua interlocução em comitês mistos de representação, como conselhos, fóruns, câmaras. Com o apoio de leis e normas, como a de número 33, de 1981, da criação de centros para ao desenvolvimento tecnológico à pequena e média empresa, assessorias ao empreendimento com assento de institutos de pesquisa, organizações comunitárias e sindicatos e observatórios e centros de inovação essa concertação regional lombarda pôde apresentar avanços, aqui entendidos como processos originais de comunicação e, como tais, construtores de uma cultura política capaz de educar socialmente. Vejam-se alguns pontos conquistados:

- A região tomou a iniciativa de formação profissional, por meio do Centro de Inovação Técnico-Educativa, que tratou de criar disposições normativas, promover a qualidade do trabalho e articular iniciativas. O fato de pensar a instrução regionalmente, ao contrário do que possa parecer, ampliou a complexidade do processo, visto que as diversas instituições envolvidas tiveram de tomar decisões conjuntamente. Muitas vezes, legislações nacionais simplificam compulsoriamente, dado o vezo da totalidade, o que de fato é complexo, o cotidiano das micro-físicas.

- Diversas organizações, como a *Lombardia Lavoro*, o Observatório do Trabalho, os centros de inovação e as câmaras de comércio, foram complementares na difícil missão de tornar menos dramática a situação do emprego nessas décadas. Convém lembrar que também foram capazes de se atralhar, com a circunstância agravante das interferências do nível nacional de governo. Por isso, um ato de janeiro de 1993, que criava uma mesa triangular de negociações a favor do trabalho regional é considerada por Maraffi (1997, p.41) “o coroamento de alguns anos de pressão do sindicato regional de trabalhadores no sentido de se reconhecer oficialmente o seu papel na formação das políticas de trabalho”^{vii}.

III.3 A experiência alemã: Baden-Württemberg

III.3.1. A massa crítica do Land

O acompanhamento da expedição de notas técnicas pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil e pelo Governo do Estado de Baden-Württemberg nos anos 90 oferece índices da relação entre aquele *Land*^{viii} e organizações brasileiras, entre elas o Centro de Formação, Aperfeiçoamento e Tecnologia da Madeira e do Mobiliário de São José dos Pinhais, no Paraná, e o próprio governo paranaense, por conta da criação e implantação de um cadastro territorial rural no Estado. No contexto de antigas relações acadêmicas, conhece-se o Centro Brasil, na Universidade de *Tübingen*, que realiza estudos e simpósios conjuntos com universidades brasileiras.

De fato, o Estado líder do sudoeste alemão compõe uma estrutura efetivamente federalista, que exige envolvimento dos diferentes setores da sociedade. A presença determinante do sindicalismo, as decisões consensuais em fóruns e conselhos, a tradição da escola dual e o intenso trabalho de pesquisa científica a serviço da comunidade sinalizam a força dessa área, que representa 10% da geografia alemã, 12,5% da população e possui PIB de 320 bilhões de euros. Dizer da presença sindical nos enfrentamentos da internacionalização neoliberal implica considerar que, na mesma linha de trabalho da CUT, sindicatos filiados à DGB apresentaram efetivos projetos de política estrutural para o Estado nos anos 90, que trataram de políticas de inovação, qualidade do desenvolvimento econômico, formação profissional e modos de organização do trabalho, incluindo uma política específica para o mercado de trabalho e para o cumprimento de horários^{ix}. Quanto ao processo de formação e instrução educativas da juventude, destaca-se o fato de que desde os anos sessenta há grande empenho na instrução profissional a serviço do desenvolvimento das pequenas empresas.

No entanto, o Estado de *Baden-Württemberg* buscou construir um percurso profissional que aprofundasse a relação entre empresas e organizações de formação, por meio de comitês paritários que incluem empreendedores, educadores, poder público, sindicato. A isso se chamou escola dual, com um tempo de formação no espaço estudantil e outro na empresa, o que implica em colaboração orçamentária público-privada. Os comitês são responsáveis pelas normas curriculares, formas de contratação de docentes, relações entre escola e empresa que abriga estudantes e até mesmo as provas finais. Embora submetidos às leis ministeriais, as organizações do *Land*, tais como as câmaras de indústria, comércio e artesanato têm grande margem de manobra no processo formativo. Semelhantemente, os Estados são os lugares da gestão política e a federação é responsável pelas leis gerais. Quanto às câmaras, elas se aliam a fundações, que investem na formação da juventude e na formação continuada. Convém neste ponto reconhecer o atual momento de desequilíbrio para a grande experiência alemã do pós-guerra, o *sozialpartner*, que permitiu grandes investimentos, parcerias e um modelo de estado social. Entrevistado recentemente, Manfred Brinkmann - Responsável por projetos da DGB *Bildungswerk* para a América Latina - mostrou que a par

das pressões patronais para a retirada de direitos, no quadro das flexibilizações, há investimento decrescente para a manutenção da escola dual em todo o país.

Uma novidade, que prova a criatividade do Estado de Baden-Württemberg, foi a constituição de uma *Academia para a avaliação das conseqüências da tecnologia*, fundada como instituição de direito público em 1992, com sede em Stuttgart. Sob a orientação do executivo e do legislativo do Estado e com a presença do mundo científico e diversas organizações sociais, a Academia tem por escopo “estudar, com abordagem científica interdisciplinar, os problemas associados ao desenvolvimento da tecnologia e, sobretudo, estimular uma discussão permanente com a sociedade sobre os temas emergentes”^x. No final dos anos 90 o vice-presidente da Academia era o representante da IG Metall, forte sindicato alemão, também componente da DGB.

III.3.2. Construção econômica e participação

Fundamentado na média e na pequena empresa, a despeito da concentração das grandes companhias no entorno de Stuttgart, na capacidade de exportar, na grande qualificação profissional do plantel de indústrias e no grande estímulo para o diálogo de interesses, o Estado comporta 21% da indústria alemã de manufaturados. Nesse contexto, a ocupação se orienta à produção e mesmo o terciário serve o sistema majoritário. Dirigentes da DGB dão conta de portentosos braços-de-ferro entre IG-Metall e as poderosas empresas do setor, que há não muito tempo conseguiram vitórias no quadro das parcialmente combatidas 35 horas semanais conquistadas a duras penas em 1984. Bovier (1997, op.cit.) apresenta 4 formas de participação política, diretamente associadas ao desenvolvimento econômico do *Land*. Uma delas consiste na difusão da prática de apresentar candidatos ao parlamento de parte das organizações setoriais com a expectativa de constituí-los porta-vozes, muitas vezes acima dos partidos. Outra é a seguida organização de consultas públicas sobre temas que interessam aos diversos setores da sociedade. Trata-se de um procedimento legislativo regulado desde 1973. Segue-se a constituição de grupos paritários para o diálogo com a instância federal acerca das diretrizes de formação profissional e mercado de trabalho. DGB (*Deutscher Gewerkschaftsbund*, Confederação Alemã do Trabalho) e BDA (*Bundesvereinigung der deutschen Arbeitgeberverbände*, Confederação de Associações de Empregadores Alemães) são sempre parte nas conversações, como se viu em capítulo anterior sobre as *concertações*. A quarta forma de participação reside nos muitos conselhos e comissões governativos, dirigidos a problemas específicos e que têm longa tradição de presença das representações sociais. Considerado o amplo espectro de ações advindas dessa estrutura participativa, de algum modo constante desde a década de 50, convém destacar os pontos de incidência de ações e seus resultados no tempo que interessa a este estudo, que foi também mais crítico para a Alemanha, entre reunificação, desemprego, internacionalização empresarial e abalo do estado de bem estar, do qual o país ainda não saiu, bastando ver as análises da OCDE, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

As políticas de emprego e geração de renda envolveram uma grande rede de atores públicos e privados. Embora as relações de trabalho sejam atribuídas ao Instituto Federal do Trabalho, com sede em *Nuremberg* e duas centenas de representações nos Estados e regiões, tem-se visto uma ampliação da participação comunitária no sistema representativo. O sistema escolar tem relações diretas com os escritórios do Instituto do Trabalho, de que decorre um sistema de orientação profissional. Criou-se também a consciência de que conviria passar de uma política do mercado de trabalho para uma política de emprego efetivo. Para tanto, uma

das providências é o aumento de presença local-regional do Instituto e maior agressividade no trabalho de formação profissional. Aliás, a lei de formação para o trabalho exige o concerto e o consenso entre as partes, sem os quais não se promulgam regulamentos para a educação profissional. Trata-se de intenso processo de educação social e revitalização da comunidade cívica, a par de preparação de novos movimentos de massa crítica e sinergia entre atores sociais diferentes nos posicionamentos políticos e suas práticas. O binômio economia-desenvolvimento desafia a sociedade, principalmente em razão das diretrizes impostas pelo projeto neoliberal.

IV. Culturas de Cidadania e Qualidade e Sustentação da Gestão.

A cidade-região é um espaço de diferentes culturas e a superação das antigas administrações públicas somente é possível a partir de estratégias envolvendo ação direta, avaliação contínua e métodos participativos que articulam os diferentes setores da sociedade. A experiência só se faz cultural quando se concretiza na educatividade das pessoas e das instituições e, nesse fazer, organiza-se como símbolo aceito e pactuado coletivamente. A cidade-região é entendida como lugar do exercício da cidadania e não somente como espaço para morar, agrupar, qualificar, produzir e consumir. Nesse sentido, as experiências que são o objeto desse estudo foram analisadas a partir dos aspectos qualidade e sustentação da gestão, que representam elementos econômicos e da materialidade necessária à gestão, mas também foram consideradas as culturas de cidadania envolvidas no processo, de que resultaram as concertações locais-regionais, tornadas valores políticos e componentes positivos das disputas simbólicas na urbanidade em processo de globalização (cf. DANIEL, 1998).

Um primeiro ponto destacado refere-se ao fracasso da experiência de regionalidade ocorrida na metropolização de São Paulo, o que se deu pela ausência do diálogo com a sociedade civil e pela exclusiva mediação hierarquizada, que sempre resulta na secular cultura do favor. O processo de metropolização e de formação das regiões se dá no modelo burocrático desconectado das reais demandas locais. Esse modelo produz um planejamento estratégico regional sem a participação qualificada da sociedade civil. Não oferece acúmulo nas chamadas culturas da cidadania, que seriam capazes de garantir a qualidade e a sustentação da gestão. Além disso, para assegurar o cumprimento das exigências para obter financiamento para o desenvolvimento regional feitas pelo Banco Mundial na década de 70, o processo não levou em conta as iniciativas já existentes. Inventou-se, pois, uma regionalização "por cima".

Nas décadas seguintes, o processo de globalização complexificou o papel dos governos e não escutou os atores com suas experiências no campo das culturas do trabalho. Na década de 90, especialmente, com a adesão ao modelo neoliberal, a gestão do processo se aproximou do modelo empreendedor da cidade-região que utiliza o marketing para se vender aos interesses econômicos e financeiros.

Como contraponto às experiências descoladas da vida real, aponta-se neste trabalho para a construção de um caminho ético e cultural de *concertação* dos diferentes setores sociais presentes no espaço urbano. O que se deve destacar desse processo de interlocução, de criação de comunicação e de novas mediações sociais é que o estigma da exclusão, conhecido nos processos imigratórios e migratórios, combatido nos movimentos de urbanização de favelas e amplamente veiculado pelos fortes sindicatos regionais, foi publicizado, tornado transparência em toda a sua amplitude no final dos anos 80. Tratou-se, pois, de dar respostas intensamente dialogadas à guisa de resistência; depois, por meio de proposições coletivas,

superar o estigma do tradicional não-diálogo. Tal modelo de negociação faz ver o real sentido do que se denomina “disputa simbólica”, que tem de ser a interlocução dos diferentes.

Quem compara regiões européias inspiradoras das nossas novas instituições e programas de ação, a Lombardia, Itália e o Land de Baden-Württemberg, Alemanha, pode estabelecer identidades, senão alguma originalidade.

O movimento regionalizante do Grande ABC juntou mais voluntários em torno de suas ações, garantiu durante certo tempo a avaliação e a crítica dos cidadãos, produziu a curiosidade acadêmica e sinalizou a construção de outra esfera de governo, entre Câmara Regional e Consórcio, mesmo sem o pleno amparo legal. Na Europa há uma história de intermediações de governo, orçamentos garantidos, presença efetiva de órgãos de pesquisa e democratização de comando (um presidente de sindicato pode dirigir um instituto ou observatório de tecnologias), maior clareza política no contexto da União Européia, experiência cooperativa e uma aguda visão da urgência das inovações (obsessão de toda a Europa), não somente das aplicações tecnológicas como também do modo de construir políticas públicas e gerenciar novos conhecimentos. Noutras palavras, o Grande ABC não se atrasou na consciência do drama político global e das forças tendentes à superação. Conseguiu ser algo diferente e, por vezes, original. Houve certo "sentimento de mundo", que perpassou as culturas do trabalho, o movimento social-sindical, os políticos comprometidos, a mídia regional, a urgência em passar da amorfa representação derivada do exclusivo ato de votar para formas diretas de participação e construção da cidade. O ato de ver políticas foi substituído pelo fazer.

Considerações finais

A experiência demonstrada fortalece o pensamento de que continua urgente a atitude de aprofundar experiências de *concertação* urbana, entender a cidade como o grande laboratório cívico, ampliar o trabalho comum entre agências, conselhos e universidades públicas e privadas que demonstrarem excelência em certos campos, intercambiar experiências internacionais onde for possível, mobilizar-se para legitimar e tornar legais as experiências inter-cidades e inter-instituições da sociedade civil. De fato, ter uma agenda pública comum e ampliada. Decorre daí a efetiva vitalização da política urbana que, entre vantagens econômicas, também revela valores cívicos, como a capacidade de avaliar e criticar, a absorção técnica e científica a favor do bem público comum, a construção de memória das conquistas e a superação do ranço burocrático e partidário. Essa diversidade faz descobrir políticas comuns, uma ordem de consenso indispensável para as estratégias e fins da *polis*.

Com relação à experiência da Itália, não se pode negar que o norte italiano se tornou modelar para o projeto de regionalidade, visto que, diferentemente do sul italiano, o conceito de arranjos produtivos projetou-se na organização social e tecnológica. Deste modo, aplica-se ali o que a literatura da gestão público-privada preceitua: certa sinergia entre empresas de pequeno porte e portadoras de capacidade técnica; serviços e produtos especializados disponíveis e capazes de competir; presença de mercados fornecedores de matérias-primas, bem como de serviços técnicos, financeiros e contábeis, a par de agentes comerciais a operar amplamente no âmbito internacional; trabalhadores com habilidades especiais; atividades consorciadas, quer para a execução direta de serviços, quer para a construção e desenvolvimento de *lobbies*. Convém lembrar que entre 1989 e 2000 foram estas as pedras de toque da sinergia consorciada do Grande ABC Paulista, mas não seria justo deixar de lembrar a crescente precariedade do lado dos trabalhadores envolvidos nos arranjos produtivos, tanto no Brasil quanto na Itália e na Alemanha.

Enfim, a internacionalização dos capitais mostra que 40% das multinacionais italianas são lombardas e que 800 empresas multinacionais ali se estabelecem. A partir do *gemellaggio*^{xi} entre Santo André e Sesto San Giovanni, cidade industrial da província de Milão, intensificaram-se relações de trabalho que motivaram a criação da Agência de Desenvolvimento, o aumento do diálogo entre arranjos produtivos e universidades e a busca de conhecimento do sistema artesanal. No planejamento estratégico de 1998-1999, criado coletivamente no Grande ABC, há projetos e programas de trabalho em que transparecem essas relações, como já citados.

Com avanços e conflitos, o modelo de governança da *Terceira Itália* mostra que os interesses políticos conflitantes jamais foram plenamente solucionados e a sinergia regional no quadro da internacionalização deve organizar-se a despeito (e muitas vezes em razão) da precariedade, que não redundava em ineficiência. Tanto a Itália quanto o Brasil continuam a apresentar limites de gestão ao quadro legal regionalizado e reformista, tais como: recursos financeiros escassos ou mal distribuídos para a gestão autônoma; limitação de competência regional para a expansão do sistema industrial e do processo educativo das gerações; superposição de papéis das organizações de níveis diversos, notadamente quanto à política de trabalho^{xii}. Quem acompanhou os debates sobre o trabalho nas várias edições do Fórum Social Mundial viu o crescente discurso da homologia entre o desafio de uma vida decente e os grandes esforços das instituições internacionais. No entanto, tais *imbrogli* não desmontam experiências, mas as tornam agudas e necessárias como constituintes de políticas locais e regionais construídas pelos vetores do trabalho e da participação.

Convém reforçar que o movimento inovador das regionalidades implica pôr atenção à questão da cultura como apontado por Furtado (1984) e Kliksberg (2002), pois a governança requer o diálogo entre os três poderes: o público, o econômico e a sociedade civil organizada. O Estado não pode se eximir de seu papel regulador a partir do intenso diálogo com as esferas econômica e social. As cadeias produtivas não podem ser norteadas por uma visão estreita de desenvolvimento norteadas pela lógica da competitividade predatória. A sociedade civil se qualifica em processos autênticos de participação social. Portanto, o valor cultural da governança solicita de antemão o reconhecimento de uma gestão tripartite, cujo critério seja o ato radical de subjetividade intencional, por sua vez responsável por acolher a vida como princípio norteador nas tomadas de decisões. Em especial no tempo contemporâneo, em que as cidades e municípios se inserem em um contexto de globalização e de transformações globais que determinam seu futuro. Para que ocorra essa governança é necessário que cada esfera se legitime em sua identidade. Deste modo, busca-se efetivamente a construção de espaços de educatividade da participação, criadores de valores para as Políticas Públicas Integradas. A realização dessas possibilita dar conta dos aspectos relativos à qualidade e sustentação da cidade-região, visto que incorpora e de fato constitui as culturas da cidadania como caminho para o desenvolvimento.

Bibliografia

AMATO Neto, João. "O papel da pequena empresa no processo de reestruturação industrial: A experiência internacional". In **Revista de Administração de Empresa**. São Paulo: FGV, v.20, n. 4, p. 802-804, fev.1990.

ANDRUSZ, HARLOE e SZELENYI **Cities after Socialism.:urban and regional change and conflict in post-socialist societies.** Cambridge, Massachusetts:Blackwell Publishers Inc, 1996.

BARBERO, Jesús Martin. “Comunicação e mediações culturais”. Entrevista concedida a Cláudia Barcellos. In REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. São Paulo: INTERCOM, vol. XXIII, nº 1, janeiro/junho 2000.

BERGER, Stefan & COMPSTON, Hugh. **Policy Concertation and Social Partnership in Western Europe. Lessons for the 21st Century.** New York, Oxford: Berghahn Books, 2002.

BORON, Atilio A., Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina, trad. Emir Sader, São Paulo, Paz e Terra, 2002, 2ª ed.

BOVIER, Isabelle. “ L’intervento istituzionale indiretto in Baden-Württemberg. In **Regioni e relazioni industriali in Europa.** Milano: FrancoAngeli, 1997,

CALVINO, Italo. **Le Città Invisibili.** Milano:Arnoldo Mondadori Editore, 2001.

CAMMELLI, M. " Regioni e rappresnetanza degli interessi:il caso italiano". In **Stato e Mercato**, n.29.

CARDOSO, Elizabeth Dezouzar, e ZVEIBIL, Victor Zular (organizadores). **Gestão Metropolitana, Experiências e Novas perspectivas,** Rio de Janeiro: IBAM, 1996.

CARVALHO, Mônica de. Cidade Global: anotações críticas sobre um conceito. *São Paulo Perspec.* [online]. 2000, vol. 14, no. 4 [acesso em 24-03-2008], pp. 70-82. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000400008&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0102-8839. doi: 10.1590/S0102-88392000000400008.

COMPANS, Rose. "O paradigma das *global cities* nas estratégias de desenvolvimento local" In **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais.** São Paulo-Campinas: Anpur, número 1, maio de 1999.

DANIEL, Celso. Poder local no Brasil urbano. In: **Revista Espaço e Debates,** São Paulo: Ed. Parma, ano VIII, nº 24, paginas 26-39, 1998

FARIA, José Eduardo. “Os desafios da educação: integração regional, ciência e tecnologia”. In **Encontro da ABM,** Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior. Brasília: ABM, 1995.

FURTADO, Celso. **Cultura e Desenvolvimento em época de crise.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

FURTADO, Celso. **O capitalismo Global.** São Paulo, Paz e Terra, 1998.

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico.** 10ª ed. Revista pelo autor. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2000.

FUKS, Mário. Participação e influência política no conselho municipal de saúde de Curitiba. *Rev. Sociol. Polit.*, Nov 2005, no.25, p.47-61

HARVEY, David. [1989] **Condição pós-moderna – uma pesquisa sobre as origens da Mudança Cultural,** 5ª ed, trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stella Gonçalves. São Paulo, Ed. Loyola, 1992.

HEIDENREICH, Martin & KRAUSS, Gerhard. "Das baden-württembergisches Produktions - und Innovationsregime - Zwischen vergangenen Erfolgen und neuen Herausforderungen." **Akademie für Technikfolgenabschätzung**, Baden-Württemberg, n.54, 1996.

IRES LOMBARDIA. **Economia e lavoro nelle regioni forti d'Europa**. Bari: Laterza, 1993.

KLIKSBERG, Bernardo, [2001] **Capital Social y Cultura Claves Olvidadas Del Desarrollo**, Banco Interamericano de Desarrollo, Instituto Interamericano para el Desarrollo Social (INDES), "Diseño y Gerencia de Políticas y Programas Sociales", INDES, 2002.

KLIKSBERG, Bernardo. **O desafio da Exclusão: para uma gestão social eficiente**. São Paulo, FUNDAP, 1997.

KLIKSBERG, Bernardo. [2004] **Más Ética Más Desarrollo**, Conferência Mundial sobre Desenvolvimento de Cidades, 14ª ed, Buenos Aires, Temas Grupo Editorial, 2008.

KURZ, Robert. "As luzes do mercado se apagam: as falsas promessas do neoliberalismo ao término de um século em crise". In **Estudos Avançados**. São Paulo: Edusp/IEA-USP, vol. 7, número 18, maio/agosto 1993.

MACHADO, Jorge Alberto (org.) **Trabalho, Economia e Tecnologia. Novas perspectivas para a sociedade global**. São Paulo:Tendenz; Bauru:Praxis, 2003.

MARAFFI, Marco. "Il modello lombardo tra incrementalismo e volontarismo". In **Regioni e relazioni industriali in Europa**. Milano: FrancoAngeli, 1997.

MARQUES, Eduardo Cesar e BICHR, Renata Mirandola. Estado e Espaço Urbano: Revisitando Criticamente as Explicações sobre as Políticas Urbanas. **Rev. Sociologia e Política**. [online]. 2001, no. 16 [acesso em 24/03/2008], pp. 9-28. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782001000100003&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0104-4478. doi: 10.1590/S0104-44782001000100003

OHMAE, Kenichi, **O novo palco da Economia global – Desafios e oportunidades em um mundo sem fronteiras**, trad. Werner Loeffler. Porto Alegre, 2006.

PAULANI, Leda Maria. **A utopia da nação: esperança e desalento**. In Luiz Carlos Bresser-Pereira e José Marcio Rego. (orgs). A grande esperança em Celso Furtado. São Paulo. Ed. 34. 2001

PUTNAM, Robert D. [1996] **Comunidade e Democracia. A experiência da Itália moderna**. Robert D. Putnam, com Robert Leonard e Rafaella Y. Nanetti. Trad. Luiz Alberto Monjardim. 2ª ed., Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2000.

REGALIA, Ida. "Modi di regolazione regionale delle relazioni industriali". In **Regioni e relazioni industriali in Europa**. Milano: FrancoAngeli, 1997.

SACHS, Ignacy. "Inclusão social pelo trabalho decente: oportunidades, obstáculos, políticas públicas". In **Estudos Avançados**. São Paulo: IEA-USP, vol. 18, número 51, maio-agosto 2004.

SADER, Eder. **Quando novas personagens entraram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Milton. Entrevista concedida ao caderno **Le Monde Diplomatique**, especial nº 2, janeiro de 2001

SCHMITZ, Hubert. "Collective efficiency and increasing returns". In **Cambridge Journal of Economics**, 1999 - cje.oupjournals.org, nº 23.

SOARES, Laura T. R. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2001

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do Espelho. Uma teoria da comunicação linear e em rede**. Petrópolis: Vozes, 2002.

ⁱ De acordo com os boletins econômicos da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, uma das instâncias de institucionalização regional, criada nos moldes das agências italianas, notadamente da região toscana e da Grande Milão.

ⁱⁱ SADER, Eder. **Quando novas personagens entraram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ⁱⁱⁱ Os pontos fazem parte do trabalho de Claudia Magalhães, apresentado no Seminário Dieese/CNPq de março de 2002. Denomina-se **Os trabalhadores na Câmara Regional do ABC**.

^{iv} Vários sítios permitem a entrada ao conhecimento da região: www.regione.lombardia.it; www.ireslombardia.it; www.consiglio.regione.lombardia.it; www.spazio.regione.lombardia.it

^v PUTNAM, R.D. **Comunidade e Democracia. A experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996; REGALIA, Ida. "Modi di regolazione regionale delle relazioni industriali". In **Regioni e relazioni industriali in Europa**. Milano: FrancoAngeli, 1997; CAMMELLI, M. "Regioni e rappresnetanza degli interessi: il caso italiano". In **Stato e Mercato**, n.29; MARAFFI, Marco. "Il modello lombardo tra incrementalismo e voluntarismo". In **Regioni e relazioni industriali in Europa**. Milano: FrancoAngeli, 1997.

^{vi} Vide a página eletrônica de **IREs Lombardia**, que apresenta textos sobre a relação entre capital e trabalho, sobre as vicissitudes da regionalidade e detalhes de alguns consensos locais-regionais no norte da Itália.

^{vii} MARAFFI, op.cit. pp.40-44.

^{viii} Geralmente a literatura do campo não denomina como *região* o espaço físico-político de Baden-Württemberg, visto que na Alemanha as regiões são microfísicas que compõem os *Länder*, de fato Estados como vemos na tradução do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. No caso em apreço, são quatro os governos distritais e doze as regiões componentes. Há cidades que não pertencem a qualquer distrito, como Heidelberg, Ulm e Stuttgart, esta última a capital do *Land*. Como se sabe, os *Länder* foram constituídos já em 1945, quatro anos antes da República Federal Alemã.

^{ix} Vide BOVIER, Isabelle. "L'intervento istituzionale indiretto in Baden-Württemberg". In **Regioni e relazioni industriali in Europa**. Milano: FrancoAngeli, 1997, p.88. Diversos fatos do presente subtítulo seguem o texto de Bovier, entre as páginas 55 e 94 da coletânea.

^x Op.cit. p. 73

^{xi} Constituição de irmandade entre cidades, pela qual se afirmam e se desenvolvem alguns projetos comuns, principalmente no campo cultural, no intercâmbio de informações e por vezes em relações de comércio e serviços.

^{xii} Parte dos dados deste capítulo segue o texto de MARAFFI, Marco "Il modello lombardo tra incrementalismo e voluntarismo". In **Regioni e relazioni industriali in Europa**. Milano: FrangoAngeli, 1997, pp.25-54